

A Paulo Martho de Paiva,
pelo genuíno e verdadeiro amor.

Agradecimentos

À reciprocidade, ao equilíbrio, ao foco e principalmente à força, que tem promovido o improvável, sendo por vezes minha única, mas fundamental, constante.

Resumo

O Brasil foi o primeiro país na América Latina, e o vigésimo sexto no mundo a permitir, com restrições, o estudo e pesquisa com células-tronco embrionárias. A decisão resultou de fortes embates no Congresso e Judiciário nacionais entre grupo de cientistas e a bancada religiosa católica e evangélica. O Supremo Tribunal Federal (STF) pela primeira vez em 178 anos de existência realizou audiência pública para ouvir os dois lados da questão a respeito da viabilidade das pesquisas. Investigar de que forma o Judiciário brasileiro tornou-se palco para o debate e seu papel na dinâmica do conflito, bem como, analisar o processo de mobilização de cientistas e religiosos dentro e fora do STF são pretensões da presente dissertação de mestrado. Análise similar é feita para compreender convergências e especificidades do caso português acerca da mesma questão. Ou seja, tem-se por tarefa investigar de que forma o judiciário, tanto no contexto brasileiro, quanto no contexto português, tornou-se palco para o debate dos agentes em conflito envolvidos na questão da liberação do uso de células estaminais embrionárias para fins de pesquisa, bem como, averiguar e analisar quais foram as estratégias de mobilização legal adotadas, levando também em consideração a politização da ciência e da religião ocorrida dado o contexto. A pesquisa é baseada no levantamento de informações em jornais e revistas de circulação nacional e nos registros (audiovisual e textual) da audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal, para o caso brasileiro. Para o estudo de caso português, foram feitas pesquisas em jornais e revistas de circulação nacional, bem como, análise dos pareceres dos representantes dos órgãos responsáveis pelas deliberações tanto no âmbito nacional, quanto da União Europeia.

Palavras-chave: Células estaminais embrionárias. Células-tronco embrionárias. Mobilização Legal. Bioética. Lei de Biossegurança.

Abstract

Brazil was the first country in Latin America, and twenty-sixth in the world to allow, with restrictions, study and research with embryonic stem cells. The decision was a result of strong debates that took place in the national Congress and Judiciary between groups of scientists and the Catholic and Evangelical religious bench. The Supreme Court, for the first time in its 178 years of existence, held a public hearing to appreciate both sides of the issue regarding the feasibility of the researches.

Investigate how the Brazilian Judiciary has become the stage for the debate and its role in the dynamics of the conflict, and analyze the process of mobilization of scientists and religious groups in and out of the Supreme Court, are the aims of this Masters dissertation.

Similar analysis is done to understand convergences and specificities of the Portuguese case on the same issue. That is, the task is to investigate how the Judiciary, both in Brazilian and Portuguese context, became the stage for the discussion of the agents in conflict involved in the issue of release of the use of embryonic stem cells for research purposes, as well as investigate and analyze what were the legal mobilization strategies adopted, also taking into account the politicization of science and religion occurred given the context. The research is based on information found on newspapers and national circulation magazines and records (visual and textual) of the public hearing held in the Supreme Court, for the Brazilian case. For the Portuguese case study, research was done in newspapers and national circulation magazines, as well as analysis of the opinions of the representatives of bodies responsible for deliberations at national level, and in the European Union.

Keywords: Embryonic Stem Cells. Legal Mobilization. Bioethics. Biosecurity Law.

Lista de siglas e abreviações

APB – Associação Portuguesa de Bioética

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPMA - Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida

EOP – Estrutura de Oportunidades Políticas

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

PMA - Procriação Medicamente Assistida

TMP – Teoria da Mobilização Política

TPP – Teoria do Processo Político

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
2. Conflito social e mobilização legal.....	04
3. O caso brasileiro: lei de Biossegurança e a mobilização no Legislativo...15	
3.1. O que é a lei de Biossegurança e quais questões ético-morais esta suscita?.....	16
3.2. Agentes em conflito.....	20
3.2.1. Especialistas pró pesquisas.....	20
3.2.2. Especialistas contrários às pesquisas.....	24
3.3. A mobilização de cientistas e religiosos em torno da lei de Biossegurança: espaço público e Supremo Tribunal Federal.....	27
3.4. Aprovação da lei de Biossegurança.....	39
4. “Em defesa da vida”: a disputa no Supremo Tribunal Federal.....	42
4.1. Amicus Curiae.....	45
4.2. A Audiência Pública.....	46
4.3. O contra movimento científico.....	52
5. Conclusões do caso brasileiro.....	54
6. O caso português.....	60
6.1. Breve balanço bibliográfico.....	60
6.2. Lei n.o 32/2006 de 26 de Julho: Procriação medicamente assistida.....	62
6.3. Proibição da patente de investigação em células estaminais embrionárias humanas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia.....	64
6.4. Repercussão acerca da proibição de patentes.....	65
6.5. Pareceres da Associação Portuguesa de Bioética; Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.....	68
6.6. Sobre e para além 'destas' ou 'daquelas' vidas.....	74

6.7.	A busca pelo equilíbrio: as múltiplas vozes entre eles.....	76
7.	Conclusões do caso português.....	80
8.	Lista de Referências Bibliográficas	90